



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional.

ASSINATURAS

As três séries . . . Ano	560\$	Semestre	300\$
A 1.ª série	340\$	»	180\$
A 2.ª série	340\$	»	180\$
A 3.ª série	320\$	»	170\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 7\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Decreto-Lei n.º 94/70:

Dá nova redacção ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38 596, que designa os dias considerados feriados oficiais e revê o regime de tolerância de ponto e redução de horas de trabalho nos serviços oficiais em determinados dias não considerados de feriado.

Portaria n.º 141/70:

Cria na Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica a Comissão Permanente INVOTAN e define a sua competência.

Ministério da Justiça:

Declaração:

De ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 7.º do orçamento do Ministério.

Ministério das Finanças:

Portaria n.º 142/70:

Permite a importação, durante o prazo de dois anos, sob regime de drawback, de matérias-primas destinadas ao fabrico de queijo fundido e de folhas de alumínio ou de matérias plásticas artificiais utilizadas no seu acondicionamento.

Ministérios da Marinha, do Ultramar e das Corporações e Previdência Social:

Portaria n.º 143/70:

Cria, no âmbito da Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo, a Comissão Nacional para o Estudo dos Problemas do Pessoal da Marinha de Comércio e define a sua finalidade e composição.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto n.º 95/70:

Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção do novo edifício da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência de Estremoz.

Ministério da Educação Nacional:

Decreto n.º 96/70:

Autoriza o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar de um benemérito uma importância para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Francisco Marques Jacob, anexa às escolas da sede da freguesia de Espariz, concelho de Tábua.

Ministério da Economia:

Despacho:

Fixa para o ano de 1970 em 100 000 l o contingente mensal a que se refere o n.º 1.º da Portaria n.º 21 556, relativo à entrada na ilha da Madeira de vinho de pasto do continente português.

Estabelece para a colheita de 1970 os preços mínimos a assegurar pela Junta Nacional das Frutas à produção de batata de consumo das variedades *Alpha*, *Bintje*, *King Edward* e *Majestic*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Decreto-Lei n.º 94/70

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38 596, de 4 de Janeiro de 1952, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 5.º Os funcionários públicos são dispensados de comparecer ao serviço na véspera de Natal, bem como na tarde de Sexta-Feira Santa e no sábado seguinte.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano*.

Promulgado em 5 de Março de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 12 de Março de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha*.

Gabinete do Subsecretário de Estado do Planeamento Económico

Portaria n.º 141/70

Tendo em vista a necessidade de tornar permanente o apoio às actividades científicas nacionais realizadas no âmbito da N. A. T. O.;

Considerando que é da maior utilidade, para a Aliança e para a Humanidade, colaborar nos projectos científicos e tecnológicos aprovados ou recomendados pelo Comité Científico e pelo Comité dos Desafios à Sociedade Moderna desta organização;

Convindo cotejar os planos de bolsas de estudo, cursos de especialização e subsídios a projectos de investigação de iniciativa da N. A. T. O. com outros realizados no âmbito de organismos nacionais;

Sendo urgente colocar à disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros especialistas e técnicos encarregados de com ele colaborarem em missões com facetas científicas:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho, o seguinte:

1.º Criar na Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica a Comissão Permanente INVOTAN, à qual compete:

- a) Coordenar a investigação científica realizada no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte;
- b) Orientar a realização em Portugal de simpósios e cursos de especialização delineados e apoiados pelo Comité Científico ou pelo Comité dos Desafios à Sociedade Moderna da N. A. T. O.;
- c) Promover a melhoria dos cientistas e técnicos portugueses pela realização de estágios em organismos de investigação subsidiados pela Aliança;
- d) Dar apoio permanente, de documentação, informação e expediente, aos delegados nacionais junto daqueles Comités e aos professores portugueses que fazem parte de comissões de peritagem, *ad hoc* ou permanentes;
- e) Assegurar o *contrôle* dos estudos realizados pelos bolseiros e estagiários.

2.º A Comissão Permanente INVOTAN será presidida pelo presidente da Junta, terá como vice-presidente um representante do Ministro dos Negócios Estrangeiros e como vogais os delegados nacionais ao Comité Científico e ao Comité dos Desafios à Sociedade Moderna da N. A. T. O. e representantes dos Ministros da Defesa Nacional, das Finanças, das Obras Públicas, da Educação Nacional, da Economia, das Comunicações e da Saúde.

3.º Cada representante terá um substituto nas suas faltas ou impedimentos.

4.º Secretariará as sessões o secretário da Junta ou um técnico dela designado pelo presidente.

5.º A INVOTAN poderá trabalhar em subcomissões compostas pelos vogais designados pelo presidente. A estas subcomissões poderão ser agregados técnicos e peritos pertencentes tanto à Junta como a outros organismos, quer oficiais, quer privados.

6.º A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica agregará à INVOTAN nela integrada o pessoal científico, técnico e administrativo necessário ao funcionamento dos respectivos serviços.

Presidência do Conselho, 12 de Março de 1970. — Pelo Presidente do Conselho, *João Mauricio Fernandes Salgueiro*, Subsecretário de Estado do Planeamento Económico.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Justiça, por seu despacho de 25 de Fevereiro último, autorizou, nos termos do § 2.º

do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 7.º

Serviços Médico-Legais

Artigo 478.º «Despesas de comunicações»:

N.º 3) «Transportes»:

Da alínea 1 «Para as despesas previstas no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 42 216, de 15 de Maio de 1959» . . .	— 1 000\$00
---	-------------

Para a alínea 2 «Outras despesas»	+ 1 000\$00
---	-------------

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 3 de Março de 1970. — O Chefe da Repartição, *Darwin de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Direcção-Geral das Alfândegas

Portaria n.º 142/70

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, nos termos do disposto no § único do artigo 4.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 46 311, de 27 de Abril de 1965:

1.º Permitir a importação, durante o prazo de dois anos, sob regime de draubaque, de matérias-primas destinadas ao fabrico de queijo fundido e de folhas de alumínio ou de matérias plásticas artificiais utilizadas no seu acondicionamento.

2.º O prazo a que o número anterior se refere poderá ser prorrogado por despacho do Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante parecer favorável do Ministro da Economia.

3.º Os direitos a restituir serão os correspondentes às quantidades de matérias-primas e de produtos de acondicionamento importados que forem necessários para o fabrico do produto a exportar.

4.º As matérias-primas e os produtos de acondicionamento a que se refere o n.º 1.º e as percentagens de restituição a considerar para o efeito do disposto no número antecedente serão fixados, em cada caso, por despacho ministerial.

5.º A exportação de queijo fundido e de produtos de acondicionamento deverá efectuar-se no prazo de dois anos, a contar da data da importação das respectivas matérias-primas.

Ministério das Finanças, 12 de Março de 1970. — Pelo Ministro das Finanças, *Augusto Victor Coelho*, Secretário de Estado do Orçamento.

MINISTÉRIOS DA MARINHA, DO ULTRAMAR E DAS CORPORAÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Portaria n.º 143/70

Considerando que na resolução dos problemas que interessam ao pessoal da marinha de comércio e que são da responsabilidade do Ministério da Marinha devem in-

tervir, de maneira efectiva, os representantes do armamento e daquele pessoal:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Marinha e do Ultramar e pelo Secretário de Estado do Trabalho e Previdência, o seguinte:

1. É criada, no âmbito da Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo (D. G. S. F. M.), a Comissão Nacional para o Estudo dos Problemas do Pessoal da Marinha de Comércio (C. N. E. P. P. M. C.), que tem por finalidade procurar soluções, emitir recomendações e dar parecer em relação a todas as questões que visem assegurar a conveniente tripulação dos navios de comércio e a solução equilibrada dos problemas do pessoal, tendo em conta os seus próprios interesses, os dos armadores e os da comunidade em geral.

2. Incluem-se na finalidade referida no número anterior os problemas específicos de recrutamento e formação de pessoal, lotações e organização dos serviços de bordo, direitos, deveres, regalias e condições de prestação de serviço do pessoal da marinha de comércio.

3. A C. N. E. P. P. M. C., que é presidida pelo intendente das capitánias, compreende:

- a) Conselho Directivo;
- b) 1.ª Secção;
- c) 2.ª Secção;
- d) 3.ª Secção;
- e) Secretaria.

4. O Conselho Directivo é constituído por:

- a) Intendente das capitánias, que presidirá;
- b) Chefes das secções referidas nas alíneas b), c) e d) do número anterior;
- c) Um representante do Ministério do Ultramar;
- d) Um representante do Ministério das Corporações e Previdência Social;
- e) Director do Gabinete de Estudos da D. G. S. F. M.;
- f) Um oficial do mesmo Gabinete, que será o secretário sem direito a voto.

5. A 1.ª Secção é constituída por:

- a) Director da Marinha Mercante, que chefiará a Secção;
- b) Representante da Junta Nacional da Marinha Mercante;
- c) Representante da Junta Nacional de Fomento das Pescas;
- d) Representante da Escola Náutica;
- e) Representante da Escola de Mestrança e Marinhagem;
- f) Representante do capitão do Porto de Lisboa;
- g) Um oficial da Direcção da Marinha Mercante, que será o secretário sem direito a voto.

6. A 2.ª Secção, que representará o armamento, é constituída por:

- a) Presidente da direcção do Grémio dos Armadores da Marinha Mercante, que chefiará a Secção;
- b) Cinco vogais, designados pelo chefe da Secção;
- c) Secretário sem direito a voto, também designado pelo chefe da Secção.

7. A 3.ª Secção, que representará o pessoal da marinha de comércio, é constituída por:

- a) Presidente da direcção da União dos Sindicatos dos Oficiais, Mestrança e Marinhagem da Navegação Marítima, que chefiará a Secção;
- b) Cinco vogais, designados pelo chefe da Secção;
- c) Secretário sem direito a voto, também designado pelo chefe da Secção.

8. A representação do pessoal da marinha de comércio ainda não sindicalizado ou cujos sindicatos não estejam incorporados na União dos Sindicatos dos Oficiais, Mestrança e Marinhagem da Navegação Marítima, será feita pela 3.ª Secção de forma a prever no regulamento da Comissão.

9. A secretaria será chefiada pelo secretário do Conselho Directivo e utilizará os recursos do Gabinete de Estudos da D. G. S. F. M. e outros que lhe possam ser cedidos.

10. O Conselho Directivo reúne por determinação do Ministro da Marinha ou do director-geral dos Serviços de Fomento Marítimo, por iniciativa do respectivo presidente ou a pedido de qualquer dos vogais.

11. As secções da C. N. E. P. P. M. C. reúnem por iniciativa do respectivo chefe ou a pedido de qualquer dos vogais.

12. A C. N. E. P. P. M. C. funcionará em plenário, nos termos a determinar no regulamento interno, com todos os membros titulares de direito a voto.

13. O plenário da C. N. E. P. P. M. C. reúne por determinação do Ministro da Marinha ou do director-geral dos Serviços de Fomento Marítimo, por iniciativa do presidente ou a pedido de qualquer dos vogais do Conselho Directivo.

14. Nas reuniões do plenário o Conselho Directivo formará a mesa da presidência, sendo os trabalhos dirigidos pelo presidente e secretariados pelo secretário do mesmo Conselho.

15. Os chefes das secções podem determinar a criação de grupos de trabalho no âmbito da respectiva secção ou propor ao Conselho Directivo a formação de grupos de trabalho intersecções.

16. Os pareceres da C. N. E. P. P. M. C., depois de informados pelo director-geral dos Serviços de Fomento Marítimo, devem ser presentes ao Ministro da Marinha para homologação e neles deve constar, de maneira expressa, a posição tomada por qualquer das três secções a que se refere o n.º 3 desta portaria.

17. A homologação do Ministro da Marinha apenas respeitará às matérias que, constando dos referidos pareceres, sejam das atribuições do seu Ministério.

18. Os pareceres da C. N. E. P. P. M. C. sobre matérias relacionadas com as atribuições do Ministério do Ultramar ou do Ministério das Corporações e Previdência Social serão presentes aos respectivos Ministros para efeitos de homologação.

19. O Conselho Directivo deverá elaborar um projecto de regulamento interno da Comissão, que, depois de submetido a estudo e aprovação do plenário, será presente ao Ministro da Marinha para efeitos de homologação.

20. A C. N. E. P. P. M. C. tem competência para propor alterações à sua constituição e atribuições.

Ministérios da Marinha, do Ultramar e das Corporações e Previdência Social, 12 de Março de 1970. — O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo*. — O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*. — O Secretário de Estado do Trabalho e Previdência, *Joaquim Dias da Silva Pinto*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 95/70

Tendo em vista as disposições do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 48 234, de 31 de Janeiro de 1968;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção do novo edifício da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência de Estremoz, pela importância de 3 452 900\$.

Art. 2.º O encargo resultante da execução do contrato referido no artigo anterior não poderá, em cada ano, exceder as seguintes quantias:

1. Em 1970 — 1 500 000\$;
2. Em 1971 — 1 500 000\$;
3. Em 1972 — 452 900\$;
4. A importância fixada para o último ano será acrescida do saldo apurado nos anos que lhe antecedem.

Marcello Caetano — João Augusto Dias Rosas — Rui Alves da Silva Sanches.

Promulgado em 3 de Março de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 12 de Março de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Primário

Decreto n.º 96/70

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 38 968 e nos artigos 69.º, n.º 1, e 70.º do Decreto n.º 38 969, de 27 de Outubro de 1952, é autorizado o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar do benemérito Francisco Marques Jacob a importância de 250 000\$ para fundo de manutenção da Cantina Escolar de Francisco Marques Jacob, anexa às escolas da sede da freguesia de Espariz, concelho de Tábua.

Art. 2.º Em conformidade com a legislação citada no artigo 1.º, é reservado ao doador o privilégio de indicar dois professores para o preenchimento de duas vagas existentes no núcleo beneficiado pela Cantina ou que, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de Dezembro de 1956, nele venham a verificar-se no prazo de dez anos após a data da publicação do presente diploma.

Art. 3.º A administração da Cantina é autónoma e será confiada a uma comissão de, pelo menos, três membros nomeada pelo Ministro da Educação Nacional.

Farão parte da comissão o doador ou um seu representante, como presidente, e dois agentes de ensino, como vogais.

Marcello Caetano — João Augusto Dias Rosas — José Veiga Simão.

Promulgado em 3 de Março de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 12 de Março de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Comissão de Coordenação Económica

Despacho

Ao abrigo do disposto no n.º 2.º da Portaria n.º 21 556, de 29 de Setembro de 1965, tendo sido dado cumprimento ao que nela se estabelece, e sem prejuízo de qualquer revisão que se mostre aconselhável no fim do 1.º semestre, determino que no ano de 1970 seja de 100 000 l o contingente mensal a que refere o n.º 1.º da mesma portaria, relativo à entrada na ilha da Madeira de vinho de pasto do continente português.

Secretaria de Estado do Comércio, 25 de Fevereiro de 1970. — O Subsecretário de Estado do Comércio, *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto.*

Despacho

Para efeito do disposto no § 1.º do n.º 6.º da Portaria n.º 23 970, de 12 de Março de 1969, determino que, para a colheita de batata de 1970, a Junta Nacional das Frutas assegure os seguintes preços mínimos à produção de batata de consumo das variedades *Alpha*, *Bintje*, *King Edward* e *Majestic*:

	Por quilograma
a) De 1 a 30 de Abril	2\$50
b) De 1 a 15 de Maio	2\$00
c) De 16 a 31 de Maio	1\$60
d) De 1 a 30 de Junho	1\$40
e) De 1 de Julho a 31 de Outubro	1\$30
f) De 1 de Novembro a 15 de Dezembro	1\$50

Secretaria de Estado do Comércio, 25 de Fevereiro de 1970. — O Subsecretário de Estado do Comércio, *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto.*